

# NÓS E OS OUTROS<sup>1</sup>

Raúl Iturra \*

*Depois de referir sucintamente problemas da relação entre «eu e o outro», bem como características que informam a observação participante no trabalho etnográfico, são abordadas neste trabalho algumas consequências da «visita ao outro», bem como algumas dificuldades da co-existência multicultural no interior do Estado-Nação. Faz-se notar que esta co-existência tem lugar numa época de neoliberalismo económico que vai mudando o mundo e organizando todo o grupo num grupo só.*

Era o Diário de Lisboa, que ainda existia, que me entrevistava. Portugal ia aderir à Comunidade Económica Europeia. Queria saber, o jornalista, se, com a passagem do tempo, a Europa seria apenas uma Europa, com as mesmas ideias e os mesmos objectivos. A minha resposta, nesse ano de 1986, foi curta e clara: a Europa estará unida no sector económico, mas dividida no cultural. Nunca haverá apenas uma Europa. Aliás, acrescentei, a Europa vai-se dividir e cada canto do Continente vai reclamar o seu próprio estatuto.

O jornalista olhava para mim e não queria acreditar. Continuava a insistir na vantagem dos países estarem todos juntos. Eu lembrei que cada país era um Estado, tinha uma História, um Idioma e Costumes diferentes. Tudo isto ia ser visível na obrigatoriedade de sermos só um Estado com um Parlamento e uma

<sup>1</sup> Revisão do texto português por Irene Cortesão Costa

\* Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa

economia Acrescentei que a Europa era, desde o século XIX, uma manta de retalhos de grupos diferenciados obrigados a serem uma Nação Afirmei também que cada grupo desse retalho ia reivindicar a sua unicidade

O jornalista não entendia: um projecto tão bom como este, o de uma União de seres em livre trânsito entre um sítio e outro, e a entrada de trabalhadores, com liberdade de contrato de trabalho, com o entendimento das línguas e dos objectivos económicos Propus-lhe fazer a diferenciação entre fins políticos e fins dos grupos governados O jornalista não compreendia Aliás, a sua própria teoria era que Portugal, dentro da Europa, só teria benefícios Aceitei a premissa: Portugal será o país das férias dos outros europeus: tem sol, tem montanhas, tem mar, tem pessoas amáveis e que aceitam falar todas as línguas, tem verões longos, tem história; e se as infra-estruturas forem feitas, o comércio deve ganhar com isso A Portugal cabe-lhe o papel do país do turismo O jornalista foi simpático, mas nada do que eu tinha dito, apareceu no jornal Foi entrevistar um outro intelectual, um economista: tinha medo de expor os meus argumentos por estes estarem contra o que o Estado e o Governo, pensava E nunca mais falei do assunto

Mas, a História tem comprovado o meu argumento, pelo menos até agora

## **1. Porque em toda a sociedade existe o Eu e o Outro**

O eu é definido pelo ser que faz História, uma salada de factos que a cronologia classifica, inculida nas recordações das pessoas e que dá orgulho às mesmas Isto acontece na cidade da Guarda, que faz neste século XXI, 800 anos, cidade que recebeu de D Sancho I de Portugal o foral que a fez cidade Todas as visitas que faço à Guarda me surpreendem Uma estátua de Sancho I com pelo menos um metro e oitenta de estatura: de certeza que, há 800 anos atrás, D Sancho era bem mais pequeno Ou as pinturas de Afonso Henriques, uma magra e alta figura gentil e forte nos seus 70 anos É o ideal de um grupo que faz crescer dentro de si a imagem venerada de quem lhe fez bem Jamais ousaria eu dizer que os lusitanos dessa época eram pessoas pequenas Não o diria por causa de veneração existente pelos fundadores do grupo lusitano, e

por estes serem pessoas eleitas por Deus: uma realeza sempre sagrada, sempre acima dos outros. Como os Matai de Samoa, reis que devem usar sapatos de saltos altos escondidos sob uma capa para serem maiores do que o povo e assim, respeitados e obedecidos. Os Incas do Perú, no seu tempo usavam com o mesmo fim compridas penas como coroa na cabeça. Não se trata apenas do cargo que ocupam, é a imagem que vestem.

Imagem diferente entre os diferentes grupos. Em França, para convencer a multidão, o Rei Luís XVI teve de ser guilhotinado. Em Portugal, para impor as ideias republicanas, o Rei Carlos teve de ser assassinado. Na Inglaterra do século XVI e XVII, Isabel teve de ser Rainha Virgem para impor sua monarquia contra outra coroa sagrada, a do Papa. Isabel ganhou a batalha ideológica e fez do seu Reino um Estado com Parlamento, hoje quase uma República com Monarquia, enquanto Portugal e França são Monarquias com República: os Presidentes têm o veto, como o rei dos países ainda sagrados. Napoleão para expandir o liberalismo, teve que desenvolver um Império. E por aí fora.

## 2. Nós e os Outros, revisitados

Podia ter relatado histórias de trabalho de campo para ilustrar o facto da existência de lógicas diferentes que existem entre os países e mesmo dentro dos países. A multiculturalidade não é apenas a coexistência de diversas etnias dentro dum mesmo território e com uma mesma lei. É, penso eu, a coexistência de grupos com lógicas diferentes e, *in extremis*, com histórias diferentes, unificados pela decisão da maioria eleita que manda, e tem a ilusão de podermos ser pessoas que coexistem da mesma maneira. O Eu e o Outro costumavam ser, até meados do século passado (esse século XX que abandonamos faz poucos dias) a Metrópole e a Colónia. A Grã-Bretanha acabou com as colónias nos anos 50 desse século acabado, enquanto os outros países europeus largavam os países subordinados, rapidamente, depois da guerra de 1939-45 e organizavam a sua economia toda desfeita. Abandonaram países, como fez Portugal em 1974. E tentaram arumar a casa por dentro, fazer crescer a Metrópole. O tratado de Roma em 1958, foi o primeiro passo. Mais tarde, a Comunidade

Europeia, em 1992, fechou as fronteiras e criou a União Europeia. Foi a época que orientou a Ciência Social no sentido de virar os estudos para dentro de si própria. Os selvagens e os primitivos foram enterrados por Levi-Strauss em 1958. A irracionalidade dos povos não europeus foi reivindicada por Malinowski em 1922 na Melanésia, entre os Massim, e em 1944 no México, entre os Maya e os camponeses. Como Durkheim tinha feito em 1912 e Freud em 1918, ambos os Povos Australianos, nativos relativamente aos dessa terra, que eles estudaram com base em textos alemães e ingleses de trabalho de campo com observação participante.

Daí em diante, o entendimento do multiculturalismo passou a ser tripló: a análise dos povos europeus revelou a existência de etnias diferenciadas na Espanha, na França, na Grã-Bretanha, na Holanda, na Bélgica, na Alemanha, em Portugal. Etnias diferenciadas historicamente pelos seus mitos, religiosidade, costumes, circulação de seres humanos para a reprodução, relação entre bens e pessoas ou herança, formas de falar, símbolos. Histórias a explicar a existência do grupo, em mitos. Em segundo lugar, a análise dos povos europeus, revelou a existência de sociedades a viverem dentro deles, provenientes de outros continentes, que guardavam quase intactas as suas maneiras de se comportar, de se reproduzir: como os Ismaelitas, os judeus, os muçulmanos, Indianos de Shiva, Africanos Animistas, Africanos Teístas de divindades específicas, Latino-americanos de piedade católica barroca, e outros. Em terceiro lugar, o etnocentrismo passou a ser um conceito importante: para entender europeus e os seus povos incrustados neles, foi preciso partir outra vez para outros Continentes e ver como é que esses povos viviam nos seus países de origem. E é por aí que andamos agora, enquanto fica desvendada a teoria colonial do Eu e do Outro.

### **3. A visita do Eu ao Outro**

Não é simples. Eu diria que é altamente complexo, complicado e perigoso. O Eu vai ao Outro com a sua identidade toda completa, com o seu etnocentrismo bem agarrado ao seu Ego, com um conjunto de teorias e etnografias bem guardadas nos sentimentos e na cabeça. Sem se disfarçar ou definir o que

vai fazer. Apenas explica que quer entender e conhecer a História do grupo para, posteriormente a devolver a eles próprios, num livro. E fica entre eles, da maneira mais digna e distinta: sem arrogância, mas com respeito à sua auto-estima que impinge delicadamente na auto-estima do Outro. Sem perder a calma e a serenidade.

Comigo aconteceu um dia: tinha sido aceite pelas pessoas em cuja casa habitava, mas o povo tinha medo de mim e fechava as portas quando eu andava pela rua. Porém, um dia, bati numa casa, a porta abriu muito pouco, eu meti o pé e agarrei a mão do dono da casa e apresentei-me com o mais sedutor dos sorrisos. Isto só acabou por dar resultado algum tempo depois, quando esse sorriso se transformou no suor do trabalho com mangual na malha do trigo. Foi quando aprendi que devia fazer como os outros, se queria ser aceite. Como eles, já não era: o meu sotaque, a falta de genealogia, a falta de parentes, a falta de propriedade da terra, ou de casa, ou de trabalho operário na indústria. A minha forma de estar, era para eles, refinada no comer, no beber, na disciplina dos horários para tratar do meu trabalho e descanso, do tratar do meu corpo e mente.

Aí entendi a base fundamental do trabalho de campo com observação participante: ficar no sítio dia e noite, durante um período de tempo prolongado, acompanhar os trabalhos e os horários dos outros, pegar sem me queixar, na enxada ou na picareta, ou ainda, não ter medo de andar pelas ruas obscuras do bairro que se estuda, lá onde assaltam, batem e esfaqueiam. É preciso passar a ser árbitro dos conflitos dos outros tendo como base a lei pela qual eles se orientam. Normalmente, a lei deles, não a do Estado. Porém, depois de aprender a língua, a hierarquia, os nomes das pessoas, é preciso entender, sem criticar, a lei do outro. Lei que é diferente da nossa, mas passa a ser a nossa, de forma obrigatória e solta, ao não nos surpreendermos com os seus costumes. Nem é preciso fazer como eles fazem quanto aos costumes éticos e estéticos. A observação participante significa ser um Outro para entender o Eu no meio dos Outros. Os Picunche, que eu estudo, têm três ou quatro mulheres em casas diferentes e um ou dois homens na mesma casa: todos estão casados, mesmo sendo viúvos.

A lei do Estado sabe e ignora; a lei do investigador sabe e não comenta: aceita

Descobri então a melhor maneira de fazer trabalho de campo e tenho-a transmitido aos meus orientandos: fazer genealogias e entregar essa genealogia às famílias – guardando uma cópia para nós, é claro. Não podemos esquecer que, seja no grupo europeu da Europa, no grupo incrustado nela ou no de outros continentes, a família não se escreve numa árvore genealógica em casa: a memória oral é o texto que nos diz o que são e de onde vêm. E essa memória oral é curta. Não vai mais longe do que saber quem foi o avô ou a avó. E nem sempre é um saber espalhado entre todos os membros da família, nuclear ou extensa, de grupos poligínicos, poliândricos, monogâmicos, monogâmicos com divórcio ou monogamia sucessiva, ou monogâmico adúltero, bem como também união de facto, matrimónio dentro do mesmo género, ou matrimónio celibatário: eu na minha casa; tu, na tua; juntos, às tantas.

A genealogia é a melhor arma qualitativa para entender o pensamento dos seres humanos que observamos, para comparar a sua identidade com a nossa. Foi o que fez Malinowski ao reparar que a família nuclear monogâmica não era universal, quer na Melanésia – poligínica –, quer no México Maya, Azteca ou Mestiço, onde existia a casa grande e a casa pequena. Esta é uma lei tradicional que o Governo Mexicano actual não quis substituir no Congresso por uma lei civil formal, e que a Igreja, separada do Estado, já aceita há muito tempo. Como aceita, de facto, o adultério: perdoadando uma e outra vez. A genealogia, nos povos com escrita, pode ser comparada nos Registos que hoje em dia todos os povos têm – mesmo os Melanésicos de Kiribast, Ilha ao pé da Ilha Tonga estudada por Radcliffe-Brown, as primeiras a passar o milénio. Mas, há dois tipos de Genealogias: a que manda a lei formal, para arrumar a população, para saber a força de trabalho que conta e o ciclo pelo qual essa força de trabalho está a passar, se ainda tem força para trabalhar, ou se deve ser reformado; e a outra, a genealogia que o grupo social conhece e que sabe quem é filho de quem e que denomina mesmo de filho ou neto qualquer um dos seus membros descendentes em linha directa do pai da mãe. nos casos culturais onde há pai. Porque entre os membros Australianos e Melanésicos da Comunidade Britânica, só há mãe e o seu irmão tem autoridade disciplinar sobre os filhos dela: são filhos para ele. Porém, o homem dessa mãe pode tomar por mulher uma «filha» que goste, mas nunca por homem, um «filho»:

esse é o irmão da mulher com a qual mora. A Genealogia, enfim, fala-nos da história do grupo e da sua forma de entender a sua existência.

É assim que a genealogia anda a par e passo com as histórias de vida dos membros individuais das famílias. Enquanto ouvimos, avaliamos o entendimento do real e os objectivos de vida que esse ser tem. E ficamos a saber o que pensam dos parentes, vizinhos e amigos, no segredo da conversa o que sabe o outro, não vamos revelar. Aliás, este é a melhor segurança do indivíduo e do grupo. Existem muitos rituais para incorporar o investigador, como beber muito uma noite, por exemplo, para ver se se diz o mesmo com ou sem álcool no corpo; inventar uma história para contar e saber depois se foi repetida pelo investigador. E aí do investigador que abra a boca dentro do grupo: fica para sempre excluído da confiança de todos. É assim que se participa das disputas e se toma parte. O lema do investigador é ver, ouvir e calar. Não esconder os nomes das pessoas ou disfarçar o sítio do seu trabalho: sempre sabe quem é quem. Aliás, as pessoas ficam ofendidas: «Somos tão pouca coisa, que o senhor nem tem a coragem de se sujar como nós em público», é frase que uma vez ouvi e que me ensinou a nunca ocultar, mesmo que esteja a trabalhar sobre assuntos delicados. Tenho aprendido duas ideias importantes: o grupo social sabe sempre tudo de cada indivíduo apesar de fingir que nada sabe; o orgulho que as pessoas têm de ver os seus nomes citados e por escrito. O que nós dizemos, não o entendem. Ou, se o entendem, respeitam se o investigador é respeitado e querido entre os vizinhos. É a minha experiência. E, com licença, a de Margareth Mead e os Mundugumor que, já médicos ou antropólogos ou advogados, esperaram a morte dela para falar o que era a verdade dos factos: é que ela nunca viu, por residir com eles, limitando-se a ouvir informantes, esses que contam o que é conveniente. Ou os debates Masori com Sir Raymond Firth, ainda vivo: na base dos seus trabalhos, eles têm esclarecido o significado do Hapu ou dos seus mitos, eles vivem dos factos, Firth apenas os estudou no terreno.

Nenhum de nós tem a lógica Picunche, Mundugumor ou Arapesh, Maori, ou rural ou industrial, ou ainda comercial. Nós temos a lógica do investigador que procura factos para os interpretar dentro de modelos. Porém, a residência através dos anos é muito importante, assim como importante é ser membro

duma família sem tocar ninguém, apenas como um parente adoptado que é capaz de ir aos sítios onde os seus adoptivos tinham jurado nunca aparecer. O investigador precisa saber de comportamentos, é o seu trabalho se sabe explicá-los às pessoas

#### **4. A consequência da visita ao Outro**

A primeira ideia que aparece na minha cabeça é a de Jack Goody entre os Lo-Daagaba na Ghana: largos anos lá morou e só muito no fim, quando já era um membro aceite e perfeito no grupo, escreveu o texto sobre Feudalismo na África e ajudou a formar o Partido do Povo que levou o Ghana à sua libertação e independência. Quanto a ele, anos depois, levou-o ao ostracismo permanente ao mudar no radicalismo do agir, ao liberalismo e as lutas tribais. O que o investigador quer é saber como é que foi ontem, hoje, e antes de ontem. E a seguir o desenvolvimento do que as pessoas fazem. Nunca deve ser parte da opinião. Jack Goody tarde o aprendeu e teve de se abrir para a China, Japão e Índia, bem como à História da Europa. O investigador faz como os outros, até ao limite de não ser sacrílego.

Ponto assente em qualquer grupo é a crença. Ponto de respeito por qualquer investigador, uma vez que acompanha o ritual de fora. Eu próprio, durante uma época do meu prolongado trabalho de campo em vários sítios, países, etnias e continentes, fiz como os outros e entrei dentro do campo religioso para cumprir o ritual. Sem dar por isso, estava a enganar as pessoas. Contudo, foi uma atitude tão honesta e delicada, que as portas ficaram para mim todas abertas.

Porque é no acreditar o sítio social que este fornece a profundidade do pensamento dos seres humanos. Aí é possível ver a passagem duma hierarquia social a outra, essa passagem que nem a economia trava: há muita memória na genealogia das pessoas, como para passar a comportar-se da forma e maneira que as hierarquias antigas mandam. Ou, abandonar o comportamento usado pela sua linha genealógica através do tempo. É uma crença que tem uma divindade por testemunha, divindade respeitada pelos que praticam o credo, bem como pelos que nem percebem o que a teoria desse credo diz. Observe o



observador como nos países cristãos, crentes ou não, todos são publicamente monogâmicos. Observe o observador como as relações contrárias à doutrina são, contudo, respeitadas, embora as pessoas sejam afastadas se as tiverem. O campo religioso permite observar o profundo respeito que se tem pelo indivíduo e a possibilidade de brincar com aqueles que «cometem» comportamentos inadequados. Observe o observador o respeito profundo dos indivíduos pelos praticantes do campo religioso. Bem como observe o observador que todo o ritual tem um duplo carácter: no pensar analógico, é adorar para pedir mudanças; no campo lógico, é adorar para pedir mudanças; enquanto que no comportamento lógico é gerir o grupo social – como tenho observado nas procissões – uma maneira de saber quantos somos, como andamos, quem pode ficar com quem para reproduzir o grupo e no quê. E como todos, praticantes ou não, adultos e crianças – esse outro grupo de duas culturas a agirem em conjunto – sabem que têm uma alternativa com essa divindade, um dia qualquer.

O campo religioso proporciona a estrutura de agir e de pensar. É quase uma peça de teatro, a congregação da liturgia, quer entre animistas, quer entre muçulmanos, quer entre cristãos de diversas denominações. Para observar isto, ninguém não preparado é admitido – talvez só para observar e tirar fotografias, colocar questões, filmar, participar na festa. E como sobre este campo me tenho debruçado imenso e sobre isto tenho escrito muitos textos e muitos dos meus orientados têm trabalhado sobre o mesmo, remeto todo o leitor para esses textos.

## **5. E a multiculturalidade**

Interessante final para quem a entenda. Para quem entenda quer os factos, quer a teoria. A coexistência não é de pessoas: é de grupos que pensam e acreditam de forma diferente. A diferente cultura está no mito, no ritual, na lei. Três conceitos que todos os grupos acabam por guardar de forma muito fechada entre eles. Porém, cabe ao investigador entender e tentar dizer o que o grupo maioritário pensa, pelos canais do perceber que todo o educador sabe que existem, entre as famílias dos seus alunos. Já se tem tentado separar os grupos para o ensino. Penso que este erro não permitirá ao futuro adulto fazer

parte de um grupo social maior. Os países da América Latina, no seguimento das ideias de Bolívar, e de Miranda, Franklin e Danton, acabam de proclamar os seus Estados como Estados Mestiços e de reunir, no saber que se transmite de forma pública, o saber dos vários grupos que acabam por ser uma Nação apenas.

Porque o facto da existência de várias etnias e culturas ao mesmo tempo não abate a ideia da existência de uma Nação comum. Só que é uma Nação da maioria que domina o Estado. É interessante perceber como no México e na Venezuela o treino dos docentes é diferenciado conforme a minoria étnica que existe na região. Ou, como se faz no Chile, existem leis diferentes para regular a vida dos nativos, embora estas não sejam respeitadas pela minoria huinca (raça ibérica e mestiça), sempre que esta maioria precisa ganhar para investir e lucrar. A solução encontrada aí, como no Perú e Bolívia, é segregar os nativos do país para espaços separados dos denominados nacionais. Reminiscência da situação colonial pela qual esses países passaram até há 180 anos atrás e que ainda sofrem pela lembrança histórica manipulada pelos dominadores intelectuais que ignoram serem eles também parte dum povo mestiço: todos querem ser europeus e procuram suas genealogias do país que consideram como original de cada um deles.

Como ensinar, pois? Podemos distinguir o ensino da aprendizagem. A aprendizagem é feita em casa e na rua fechada da etnia que nesse sítio habita. E não há divindade capaz de mudar essa aprendizagem. Excepto, claro, se o nativo quiser sair da sua etnia. Isto acontece muito frequentemente e para isso ele é incentivado. É só perceber o que Silva Pereira diz dos Mapuche Rauco do Chile: são destituídos da sua pertença à etnia. Isto ao contrário do caso dos Picunche, que eu estudo para entender comportamentos chilenos e europeus: todos querem ser nacionais, embora ajam como Picunche – é um sincretismo cultural em massa.

Ensinar, porém? No meu entender, Luís Souta é quem tem razão, assim como Ricardo Vieira e Luiza Cortesão e Stephen Stoer.

O meu saber é importante para este sítio. A minha experiência, não. A experiência pessoal, claro. Na Grã Bretanha fui convocado pelo professor da minha filha mais nova para me anunciar que uma professora de inglês ia ser destacada para ensinar a minha filha a língua do país. Perguntei em inglês, por-

que o senhor falava comigo em castelhano, onde é que tinha aprendido a língua e com prazer disse-me que na Argentina, onde tinha residido desde o seu nascimento até aos seus dez anos. Acrescentei eu, sempre tudo em inglês, que era ele quem estava a precisar da dita professora: os seus conceitos e símbolos eram doutro país, enquanto que os da minha filha eram britânicos, língua que se falava em casa e entre os seus amigos, na escola e na rua. O tempo dera-me a razão. Aos 12 anos publicava o seu primeiro livro. Depois quer ela, quer a outra minha filha, escreveram ainda mais.

Será que isto é o resultado do facto de terem pais que aderem ao país em que vivem? E que as nossas etnias fogem dele, dentro do mesmo? Penso, e tenho observado em mil casos, que a geração seguinte do povo fechado dentro do outro na aprendizagem pratica o que é a cultura do país de origem, quando na rua pratica o que a cultura da maioria manda. Isto mesmo que andem vestidos como na sua terra de origem, ou no seu grupo de origem, se a cultura é da mesma terra. O problema não está no processo educativo, fica na autoridade dentro da família: a hierarquia adquire-se com o domínio da língua e dos ritos e mitos que vêm com ela. O saber da lei, no agir público, é normalmente aceite. Especialmente se há uma emotividade apaixonada entre dois indivíduos de diferentes grupos. Mas, como entramos assim em águas escaldantes, deixo esta minha ideia aqui escrita: a economia do neoliberalismo vai mudando o mundo e organizando todo o grupo num grupo só, dentro do mesmo estado. Vê-se o caso da Tchetchenia e a garra da Rússia: há petróleo no primeiro país. Vê-se na China e no Tibete: há ópio. O neoliberalismo não é só uma teoria económica: tem por base o acreditar, como Friedman escreveu. Porém, o segredo está em pôr a produção no contexto da crença que organiza o agir do grupo étnico. O docente deve ser formado para ensinar.

*Correspondência: Raúl Iturra, ISCTE, Avenida das Forças Armadas, 1600 LISBOA  
E-mail: lautaro@mail.telepac.pt*

## **Bibliografia**

- CORIESÃO Luiza (2000) *Ser Professor, um Ofício em Vias de Extinção?*, Ed Afrontamento: Porto  
CORIESÃO, Luiza, STOER, Stephen (1999) *Levantando a Pedra*, Ed Afrontamento: Porto

IIURRA, Raul (1998) *Como e quando não era o que sou O crescimento das crianças*, Profedições: Porto

SOUJA, Luís (1997) *Multiculturalidade e Educação*, Profedições: Porto

VIEIRA, Ricardo (1999) *Histórias de Vida e Identidades, Professores e Interculturalidade*, Ed Afrontamento: Porto

**Para consultar**

CARIA, Teimo (2000) *A Cultura Profissional dos Professores*, Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa

PEREIRA, Luís Silva (2000) *Médico, Xamã ou Ervanário*, ISPA: Lisboa

**Documentos**

Arquivos Paroquiais Pencahue, Chile, 1661-1999

Arquivos Paroquiais Senhorim, Portugal, 1600-1999

Arquivos Paroquiais Vilatuxa, Galiza, Espanha, 1600-2000

IIURRA, Raul, *Diários de Trabalho de Campo*, Galiza, Portugal, Chile, 1968-2000